

Parque de Santa Gertrudes (gravura), in *O Ocidente*, nº 205, 1 Setembro de 1884.

RESUMO

O lugar do palácio de José Maria Eugénio de Almeida, com a sua fachada principal voltada para o Largo de São Sebastião da Pedreira, marca um dos limites da cidade até ao século XVIII, num cruzamento dinâmico de vias para os territórios arrabaldinos. Constituindo-se como espécime relevante da arquitectura oitocentista de filiação clássica, delineado por Jean Colson, a Casa de Eugénio de Almeida foi cenografada no grandioso Parque de Santa Gertrudes com rara qualidade paisagística e arquitectónica, neste caso ainda hoje evidente nas antigas cocheiras e cavalariças, delineadas por Giuseppe Cinatti.

ÀS PORTAS DE LISBOA: O Palacete de J.M. Eugénio de Almeida em São Sebastião¹

Joana Cunha Leal*

O palácio que vamos estudar volta a sua fachada principal para o largo de S. Sebastião da Pedreira. Estende os muros que dão seguimento às suas fachadas laterais até ao cruzamento da rua Marquês de Fronteira, desenhando um perímetro que abarcava uma pequena área ajardinada. Pertenceu a um grande capitalista de Oitocentos, José Maria Eugénio de Almeida que foi responsável quer pela sua reedificação a partir de 1859 (mantendo embora os aspectos estruturais de uma pré-existência palaciana a que adiante me referirei), quer pela sua integração num, por assim dizer, *complexo residencial* definido a partir da assimilação de uma gigantesca quinta e da sua conversão num extraordinário jardim particular (extraordinário porque muito vasto e algo excêntrico). Tendo acolhido as instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, este jardim sobrevive até aos nossos dias como uma das imagens mais marcantes de Lisboa. Quanto ao palácio, alberga desde 1946 o Governo Militar de Lisboa.

A definição do conjunto residencial de S. Sebastião esteve naturalmente relacionado com o poder económico de José Maria Eugénio de Almeida e com a marcação do seu gosto pessoal – que impôs pelo controle minucioso de projectos e obras –, mas esteve também fortemente associada às condições específicas do lugar – condições que, para além da pré-existência palaciana, estão vivamente relacionadas com a geografia da circulação e com a linha que em 1852 passou a marcar o limite administrativo da capital, dados que me parecem fundamentais para a compreensão desta obra e que proponho, por isso, como ponto de partida desta análise.

* Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

¹ Este texto desenvolve a comunicação apresentada ao VIII Curso Livre de História da Arte – *Lisboa: Espaço e História*, organizado pelo Instituto de História da Arte da FCSH da UNL, e tem por base a investigação realizada no âmbito da dissertação de mestrado apresentada em 1996 à mesma Faculdade com o título *Giuseppe Cinatti (1808-1879): percurso e obra*.

O Local

Embora integrada no perímetro da cidade, a freguesia de S. Sebastião manteve-se desde a data da sua instituição (1.º quartel do século XVII) como um verdadeiro arrabalde de Lisboa. O largo irregular de S. Sebastião marcava os limites da cidade administrativa, mas a *cidade real* terminava muito antes, como se comprova a partir de diversas fontes cartográficas e documentais. Importa reter, desde logo, que os limites estabelecidos pelo marquês de Pombal para a Reconstrução de Lisboa no Decreto de 3 de Dezembro de 1755 não ultrapassavam o chafariz do Andaluz e que o mapa da cidade elaborado pela Academia das Ciências em 1785 continuaria a amputar toda a zona situada a norte desse marco, demonstrando-nos que a freguesia de S. Sebastião está ainda nesses anos longe de ser valorizada como parte integrante da geografia da capital. Em 1807, o levantamento topográfico de Lisboa dirigido pelo Intendente das Obras Públicas Duarte José Fava integra já o largo de S. Sebastião, mas parte significativa da freguesia (extra-muros) mantém-se fora dos limites representados². Exactamente o mesmo sucederá no levantamento topográfico dirigido por Filipe Folque em 1856-58.

Pode ainda comprovar-se na leitura destes mapas de Lisboa que, como todo o anel da periferia urbana, e ao contrário do que se verifica nas áreas mais próximas do rio e nos *bairros ocidentais*, a freguesia de S. Sebastião não apresenta qualquer sintoma de densificação entre o final do século XVIII e os meados do século XIX. Pelo contrário, os terrenos de exploração agrícola são dominantes e a edificação é esparsa. Encontramos sobretudo habitações rurais e, aqui e ali, algumas casas nobres. Núcleos residenciais mais significativos só surgem no acompanhamento do eixo que dá corpo a uma das vias mais importantes de entrada (e saída) da cidade, constatação que nos leva a um dos pontos fundamentais na análise da situação urbana do largo de S. Sebastião da Pedreira.

2 N. Madureira chama já a atenção no seu estudo para a amputação de parcelas significativas desta paróquia nas cartas de Lisboa datadas de 1785 e 1807 e começa precisamente por interrogar-se: «S. Sebastião da Pedreira é Lisboa? Administrativamente sim. Na prática, ninguém pensa em tal coisa. Não ser precisas mais algumas décadas até a freguesia se integrar plenamente no recinto da cidade.» (1992: 80). Outro indicador analisado por N. Madureira para comprovar o carácter «meramente administrativo da integração da freguesia [de S. Sebastião] na cidade» (idem: 82) foi a «variação dos preços das licenças camarárias para os estabelecimentos comerciais» (idem: 81).

O largo de S. Sebastião da Pedreira constituía um importante nó de ligação da rede periférica de circulação ao centro da cidade. A partir dele desenham-se dois eixos fundamentais de penetração em Lisboa: o principal rumo a sul pela rua de S. Sebastião da Pedreira e, em ligação com as ruas de Santa Marta, S. José e Portas de Stº Antão, permite alcançar o Rossio (é ainda percorrível); um segundo eixo estrutural pende também para sul, mas descaído para oriente em direcção à Cruz do Tabuado, e tem seguimento na Carreira dos Cavalos que conduzia ao Campo de Santana. Daí faz também ligação ao centro através da rua das Portas de Stº Antão.

Já no sentido oposto, isto é para norte, partem (ou afluem) dois eixos vitais de circulação periférica: as denominadas Estrada da Palhavã (que faz o acesso a Benfica) e do Rego bifurcam na frente do largo de S. Sebastião. Entre as linhas oblíquas que estas estradas desenham aninham-se as frentes do palacete que nos ocupa e que se impõe portanto como um importante marco da entrada na capital.

A abertura da nova Estrada da Circunvalação em 1852 (planeada pelo Governo de Costa Cabral – desde 1842 –, mas só concretizada depois do golpe da Regeneração) veio ainda acentuar a aura simbólica do palacete de José Maria Eugénio de Almeida como *portal* de Lisboa. Vinda do largo do Leão pela actual Duque de Ávila, e completando aquele que é hoje o traçado da rua Marquês de Fronteira, a Circunvalação passava rente à futura residência de Eugénio de Almeida, de tal modo que os seus postos fiscais viriam a ser integrados no muro norte do próprio palácio.

Viram-se assim simultaneamente confirmados o carácter periférico e a dimensão simbólica do largo de S. Sebastião pouco tempo antes de José Maria Eugénio de Almeida decidir comprar e transformar o palácio setecentista aí existente numa residência luxuosa de gosto actualizado. Essa dupla condição seria determinante para a definição das coordenadas da construção do grandioso parque de Stª Gertrudes que, animado pela marcação revivalista das cocheiras e pela ligeireza recreativa dos seus quiosques e pavilhões, veio completar este *complexo residencial*.

O facto de estar literalmente *às portas de Lisboa* não é, por conseguinte, um indício de mera localização geográfica, mas uma condição estruturante da qual, como se verá, o proprietário soube retirar todas as mais-valias.

O Proprietário

José Maria Eugénio de Almeida foi um dos capitalistas de maior relevo no país entre meados da década de 1840 e o início dos anos 1870 (morre em 1872). O seu percurso é bem conhecido graças fundamentalmente ao enorme espólio documental que foi conservado pelos seus descendentes (Arquivo da Casa de Eugénio de Almeida, hoje em Évora à guarda da Fundação do mesmo nome), espólio trabalhado em primeira mão por Helder Fonseca e Jaime Reis³.

Eugénio de Almeida nasceu em Lisboa em 1811 no seio de uma família relativamente abastada. Em 1839 obteve o grau de bacharel de Direito pela Universidade de Coimbra e em 1844 teve, pela mão do negociante da Praça de Lisboa José Joaquim Teixeira (com cuja única filha casou em 1843), acesso ao Contrato do Tabaco, Sabão e Pólvora, contrato que partilhou entre 1846 e 1858 com José Isidoro Guedes, futuro visconde de Valmor, e Joaquim Ferreira dos Santos, futuro conde de Ferreira, entre outros, e que constituiu o principal motor da sua colossal fortuna. Os seus interesses económicos abrangeram porém múltiplas actividades. Como é norma entre os grandes negociantes de Oitocentos, José Maria Eugénio de Almeida conjugou os negócios financeiros do Estado com uma forte apetência pelas especulações bolsistas (nacionais e internacionais), combinando-os com outros interesses que, no seu caso, incluem, para além do comércio e da produção industrial⁴, um forte investimento na aquisição de bens fundiários para exploração agrícola (Eugénio de Almeida deixou à data da sua morte um total de 43 propriedades só no Distrito de Évora; detinha também importantes explorações agrícolas no Algarve)

Do ponto de vista da intervenção política, a sua carreira iniciou-se como deputado setembrista. Com o cabralismo abandonou o Parlamento, regressando apenas no quadro da Regeneração e já na qualidade de Par do Reino (1853). Seis anos mais tarde foi nomeado Provedor da Real Casa Pia de Lisboa e, precisamente nessa qualidade seria o principal responsável pelas obras de *complemento* e restauro do mosteiro e da igreja de Santa Maria de Belém⁵.

Apesar da sua rápida ascensão social (pariato e nobilitação com o título de conde de Vilalva, que nunca usou) e apesar do *típico* investimento em obras de prestígio (como precisamente o complexo residencial de S. Sebastião), importa sublinhar que o percurso de Eugénio de Almeida não encaixa na caricatura da grande burguesia liberal (os *brasileiros*, *barões* e *merceeiros ricos*, que compõem a galeria de *parvenus* desacreditados pela princesa Ratazzi, Garrett, Oliveira Martins ou pela Geração de 70). Não é tanto o facto de Eugénio de Almeida (e a sua família) ser um assíduo frequentador de Ópera e Teatro, nem o facto de circular habitualmente pelas capitais da Europa (particularmente Paris e Londres onde tinha representantes que geriam os seus interesses financeiros). Sintomáticos do seu nível cultural são sobretudo os contactos regulares que mantinha com livreiros da capital francesa (encarregues de lhe remeter as últimas novidades editoriais nas suas múltiplas áreas de interesse) e a constituição de uma vasta biblioteca.

A biblioteca reunida por Eugénio de Almeida (actualmente em Évora) dispõe de um *Catálogo Metódico de 1867 Ampliado em 1873* que permite reconstituir a diversidade e a riqueza do seu conteúdo original. Como já sinalizaram H. Fonseca e J. Reis (1987: 877), importa à partida sublinhar a percentagem muito significativa de publicações relacionadas com as suas actividades profissionais, porque nos atestam o *empenhamento informado* com que Eugénio de Almeida encarou as diferentes áreas de investimento, negócio e gestão que viria a cobrir – note-se que para além de títulos de jurisprudência, administração, finanças e comércio, encontramos uma série de estudos sobre agricultura⁶, economia rural e “instrução pública” (matéria naturalmente associada às responsabilidades que assumiu depois de 1859 como Provedor da Casa Pia). Outras categorias em destaque são as *ciências eclesiásticas*, as *ciências morais* e *políticas* e as *ciências naturais* e *exactas*, bem como o conjunto de volumes indexados em literatura, história e *belas artes*, *artes* e *ofícios* no *Catálogo Metódico*⁷.

3 Todos os dados biográficos remetem para esse estudo pioneiro publicado em 1987 na *Análise Social*.

4 Eugénio de Almeida surge também nos anos 40 como um dos fundadores da Companhia de Obras Públicas apadrinhada por Costa Cabral.

5 Para o desenvolvimento desta questão ver J.C. Leal (1996: 292 e ss)

6 Sabe-se hoje que parte do sucesso de Eugénio de Almeida como empresário agrícola esteve associado à cuidada investigação que desenvolveu sobre as qualidades dos terrenos, os cuidados a ter com as diversas culturas, os instrumentos agrícolas mais apropriados ou a conveniente alimentação do gado (cf. H. Fonseca e J. Reis, 1987: 876-877). Eugénio de Almeida acabou mesmo por dominar algumas questões agrícolas, chegando a dissertar numa reunião de 1855 sobre «a plantação e a cultura da figueira» (idem).

7 O conteúdo deste *Catálogo Metódico* foi analisado por H. Fonseca e J. Reis de modo a estabelecer percentagens das diversas ocorrências em cada uma das categorias gerais que estruturam a organização do catálogo. Os resultados obtidos revelam que dos «2010 títulos principais registados

Apesar de praticamente isentas de expressão percentual no conjunto dos mais de 2000 títulos registados nesse catálogo, são ainda dignas de nota as 25 obras reunidas na entrada dedicada à arquitectura. Trata-se de um núcleo de publicações relevante quer pela sua qualidade e actualidade – por exemplo, Eugénio de Almeida encomenda em 1866 os últimos volumes do *Dictionnaire Raisonné* de Viollet-le-Duc⁸ –, quer pelo facto de nos testemunhar a procura de informação adequada em mais um domínio de interesse e manifesta responsabilidade⁹: no decurso de 1859 José Maria Eugénio de Almeida não só avançou com a construção que aqui mais nos importa analisar – a nova morada familiar em S. Sebastião (vivia até então num prédio nobre situado na rua Formosa) –, mas assumiu também, no âmbito da reforma da Casa Pia cujos destinos passara nesse mesmo ano a dirigir, o *desígnio* de *completar e restaurar* a igreja e o mosteiro de Santa Maria de Belém (monumento que desde 1834 albergara esta instituição)¹⁰.

Uma última nota antes de avançar para a análise das obras patrocinadas em São Sebastião: como verificam Helder Fonseca e Jaime Reis (1987), o investimento ostentatório consumado na edificação de uma habitação nobre esteve longe de trazer qualquer desequilíbrio financeiro para a Casa de Eugénio

[...] 8% pertenciam à “divisão” das “ciências eclesiásticas”, 31% às “ciências morais e políticas e 13% às “ciências naturais e exactas”. Os restantes volumes decompunham-se em “belas artes, artes e ofícios” (3%), “literatura” (22%), “história” (23%).» (1987: 877). Neste vasto conjunto sobressaem os títulos de autores francófonos (no campo da literatura ascendem mesmo a 75% do total de ocorrências; cf. idem).

8 Em carta dirigida ao livreiro parisiense Mr. Daziario a 23 de Setembro de 1866 Eugénio de Almeida pede que lhe seja enviado um conjunto de seis publicações sobre arquitectura que, diz, tem urgência em consultar. Entre os volumes e periódicos requisitados constam, para além do *Dictionnaire Raisonné* citado (do qual Eugénio de Almeida possuía já os cinco primeiros volumes), a revista *Le Moniteur des Architectes*, fundada em 1847 (de que já tinha em mãos os primeiros 66 números), o estudo de Eugène Rouyer sobre *L'Art Architectural en France depuis François I jusqu'à Louis XIV* (1859-1866) de que tinha os dois primeiros volumes e o periódico berlinense *Architektonisches Skizzen-Buch Mitt details* (publicação iniciada em 1856 cujos primeiros 51 números também já possuía); para o desenvolvimento desta questão ver J.C. Leal (1996: 218-219).

9 Como já tivemos ocasião de sublinhar (idem: 217-218) encontramos na biblioteca de Eugénio de Almeida obras de forte vocação didáctica assinadas pelos mais importantes teóricos do classicismo francês. O destaque cabe aqui ao *Cours d'Architecture* de J.-F. Blondel, mas a colecção inclui também obras de A.C. Daviler e M. Febilien. Surge depois um conjunto de obras de autores mais recentes, incluindo quer trabalhos de conteúdo teórico-prático (assinadas por J. Rondelet e M.-J. Sganzin), quer *recueils* de divulgação de modelos edificados (publicados por M.P. Gauthier, Grandjean de Montigny, Percier e Fontaine, P.Tarouilly, Victor Petit, P. Rubbens e Ludovico Candorin).

10 Os protagonistas de ambas as obras serão, de resto, os mresmos; um estudo completo desta questão pode ser encontrado em J.C. Leal (1996: 292 e ss).

de Almeida, pelo que tal investimento não pode ser considerado como fruto de uma atitude esbanjadora ou perdulária. Entre os rendimentos e as despesas de Eugénio de Almeida houve sempre uma confortável distância, mesmo quando sustentou as onerosas obras da sua futura habitação¹¹.

O Palacete

Reedificado a partir de 1859 segundo o risco do arquitecto francês Jean Colson¹², o palacete de José Maria Eugénio de Almeida domina a paisagem do largo de S. Sebastião da Pedreira, para onde volta a sua fachada principal. A implantação desta nova obra manteve as linhas essenciais do palácio do Provedor dos Armazéns que a precedeu – e que se sabe ter sido edificado pelo arquitecto, também francês, Fernando Larre para habitação própria cerca de 1730¹³. Porém, Eugénio de Almeida não se limitou a reconstruir a estrutura palaciana, tratou igualmente de reconfigurar a envolvente, libertando o largo de uma série de imóveis que o obstruíam e escondiam a fachada palaciana. A primeira iniciativa de Eugénio de Almeida em relação à sua futura morada visou pois a aquisição de um conjunto de casas com a única e específica finalidade de, uma vez demolidas, contribuirem para «dar nobreza ao Largo e servidão ao Palácio»¹⁴.

11 A salvaguarda desta distância conforma, aliás, a regra entre o corpo do comércio da capital, no seio do qual a generalizada disponibilidade para realizar avultados gastos com a construção e/ou o arranjo (decoração e recheio) das moradas não desencadeava um esforço assinalável; para o desenvolvimento desta questão ver J. Pedreira (1995).

12 Atribuição comprovada a partir da documentação encontrada no Arquivo da Casa de Eugénio de Almeida, incluindo os alçados e plantas originais (cf. J.C. Leal, 1996: 221). Arquitecto e engenheiro Jean Colson esteve integrado nos quadros do Ministério das Obras Públicas. Foi responsável por projectos de foro público como a remodelação da sala da Câmara dos Pares em S. Bento, a construção do Observatório Astronómico da Ajuda e da Alfândega Nova do Porto. Este igualmente envolvido nas obras de restauro do convento de St^a Maria de Belém, para onde foi conduzido por Eugénio de Almeida. Para o desenvolvimento desta questão ver J.C. Leal (1996: 292 e ss).

13 Como já tivemos ocasião de expôr a partir de um conjunto de informações veiculadas por Norberto de Araújo: «Cerca de 1730, o arquitecto francês Fernando Larre, autor do edifício do Arsenal da Marinha [actual Museu de Artilharia], adquiriu aqui um terreno considerável e nele construiu um palácio, de sua traça e para sua habitação, que não deverá ter sofrido grandes estragos com o Terramoto de 1755. Manteve-se a propriedade na sua descendência mesmo após a morte do seu neto Fernando Larre Garcez Lobo Palha e Almeida, que foi Provedor dos Armazéns. O palácio conservou até à data da sua aquisição por Eugénio de Almeida o seu aspecto primitivo. As grandes alterações só chegaram com o projecto de reedificação idealizado pelo capitalista lisboeta.» (idem: 221)

14 Este dado, como os que vêm sendo referenciados atrás, foram esclarecidos com base no requerimento de 9 de Janeiro de 1861, apresentado por Eugénio de Almeida para a tomada de posse

Este gesto ilustra a lógica de enobrecimento que orientou as obras de remodelação de todo o edifício, com consequências imediatas na criação da antecâmara que, com o seu gradeamento e a sua fonte, preludia o acesso à habitação, distanciando-a da via pública para benefício da perspectiva sobre a fachada. Uma lógica que presidiu igualmente à integração do palácio no *complexo residencial* criado, como acima se registou, a partir da transformação da vizinha Quinta da Provedoura no grandioso Parque de St^a Gertrudes – com a aquisição desta quinta em 1857, Eugénio de Almeida voltou a reunir os 86000 m² da propriedade original de Fernando Larre, se bem que a efectiva ligação entre a parcela sul e os terrenos rústicos do futuro parque estivesse à partida comprometida pela expropriação da faixa do terreno necessária à construção da Estrada da Circunvalação e dos respectivos postos fiscais que se interpunham agora entre o palácio e a quinta.

A remodelação do palácio teve início em Fevereiro de 1859¹⁵, vindo as obras a ser licenciadas pela Câmara em Dezembro desse mesmo ano. O prospecto então apresentado à Repartição Técnica resultava do trabalho desenvolvido por Colson entre Janeiro de 1859 – data em o arquitecto submeteu os primeiros desenhos à aprovação do proprietário – e Julho, quando

judicial do conjunto destas suas propriedades. Aí se lê: «Ex.mo Sr., Diz o Par do Reino José Maria Eugénio de Almeida, que ele adquiriu per subrogação feita com Francisco Pacheco de Albuquerque, e sua mulher, per escriptura de 15 de Janeiro de 1859 lavrada nas notas do Tabelião desta Cidade [...], o antigo Palácio do Provedor dos Armazéns, situado no Largo de S. Sebastião da Pedreira, entre os caminhos que vão para o Rego e Benfca; e adquiriu por arrematação a Quinta e suas pertenças situada entre os ditos caminhos, e que confronta pelo sul com a nova estrada da circunvalação da cidade [...]. O terreno ocupado por este Palácio e suas pertenças do lado Norte, bem como o terreno da Quinta, e o que foi expropriado para a estrada e postos fiscais que hoje estão entre o Palácio e a Quinta, formavam uma só propriedade toda unida, a qual confrontava pelo lado nascente e poente com as estradas para o Rego e para Benfca, pelo Norte com os quintais do Conde de Sargedas, e pelo Sul com a casa do vigário de S. Sebastião da Pedreira [...] como consta da escriptura de subrogação, pela qual o Provedor dos Armazéns Fernando de Larre adquiriu a mesma propriedade [...]. Fernando de Larre construiu na parte sul desta propriedade o dito Palácio, que o Suplicante adquiriu por subrogação, e para dar nobreza ao Largo e servidão ao Palácio, comprou e demoliu as sobreditas casas que eram do Vigário [...]. Pretende o Suplicante tomar posse judicial do dito Palácio com os seus acessórios, serventias, logradouros e pertenças, conforme os documentos que junta [...]» (ACEA, *Copiador de Papeis Diversos*, B, 1859-1867, fl. 45v-46; cit. in J.C. Leal, 1996: 220).

15 O mês exacto do início das obras é indicado pelo registo dos primeiros pagamentos aos operários, pagamentos que ascendem, de Fevereiro a Dezembro de 1859, à quantia de 2 685\$670 reis (quantia que triplica logo no ano seguinte); cf. ACEA, *Palácio de S. Sebastião da Pedreira: obras de reedificação do dito Palácio* – Anno 1859, Folhas dos Operários.

o projecto final foi finalmente fixado¹⁶. O confronto entre os primeiros desenhos e o risco apresentado à Câmara permite-nos verificar que houve mínimas hesitações quanto à estrutura global do edifício que foi, como se adiantou, condicionada pela pré-existência. Houve todavia, para além de um conjunto de modificações ao nível do programa decorativo, uma alteração radical determinada pela redefinição do número dos andares previstos. Inicialmente pensado com apenas dois pisos, o projecto definitivo do palacete de S. Sebastião apresentaria afinal um total de três pisos, o que, como seria de esperar, teve amplas repercussões ao nível da concepção dos alçados e dos interiores.

Desconhece-se o aspecto da fachada principal pensada com dois pisos. Desse primeiro projecto resta-nos apenas o risco de um alçado lateral, já animado pelo ritmo da fenestração de perfil abatido e alheio a qualquer marcação decorativa, bem como um corte que merecerá a nossa atenção um pouco mais à frente. Num desenho aguarelado seguramente posterior (embora não datado), Colson aproxima-se já da solução final do alçado principal, propondo uma frente de três pisos e cinco vãos forrada de cantaria, com um corpo central bem destacado entre pilastras, e dois corpos laterais de alinhamento oblíquo que quebram significativamente o ritmo da fenestração apresentando apenas um vão por andar. Ou seja, a diferença entre os três corpos da fachada não é apenas acentuada pelo frontão triangular que coroa o eixo central, mas também pela variação do recorte e do ritmo das aberturas que, nas vertentes laterais, adoptam sempre um perfil abatido e admitem a valorização da superfície murada. No eixo central, o conjunto dos três portais de volta perfeita – com marcação de capitéis e pedras de fecho decoradas – é já encimado por sacadas de idêntico recorte, todavia o balcão para onde estas abrem apresenta

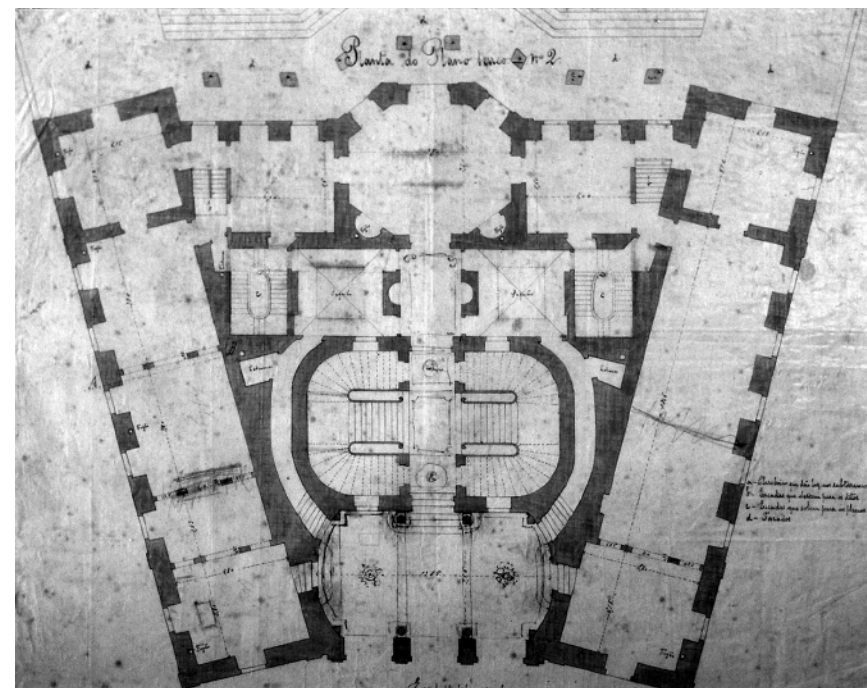
16 Pouco depois J. Colson regressaria a Paris iniciando-se então uma intensa troca de correspondência entre Eugénio de Almeida e o arquitecto que aí se encarregou de supervisionar as numerosas encomendas de elementos destinados ao arranjo da futura habitação (cf. J.C. Leal, 1996: 222-223). A obra prosseguiu entretanto a cargo de mestres nacionais, situação que é bem explicitada numa carta dirigida por Eugénio de Almeida ao belga Joseph Godefroy, um dos fornecedores contratados (responsável neste caso pela concepção dos *parquets* do palacete), a 23 de Outubro de 1861 e onde se lê: «Il y a plus d'une année que Mr. Colson a quité Lisbonne, plusieurs changements dans ses projects, les details de ces projects sont laissés en partie aux maitres d'oeuvres [...] comme c'est l'habitude a Lisbonne et comme je vous ai prevenu[...]» (ACEA, *Copiador de Cartas K*, n^o 2853 cit. in idem: 223). Acrescente-se que, poucos anos mais tarde, Mr. Godefroy viria a ser responsável pelo desenho dos *parquets* do palácio da Ajuda, no decurso de obras das obras de remodelação dirigidas pelo arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva (cf. idem).

um anteparo de ferro forjado, e não os balaústres de mármore que acabariam por resguardá-lo. A versão definitiva do alçado haveria, aliás, de trazer um subtil enobrecimento a toda a fachada, não só por via desses anteparos de balaústres, mas também pela introdução de frontões circulares apoiados em consolas salientes nas janelas laterais do andar nobre, esquema que depois encontramos repetido nas sacadas laterais das fachadas lançadas sobre as Estradas do Rego e da Palhavã.

Mais estável nas duas versões do projecto seria a definição dos relevos escultóricos apostos aos vãos centrais, embora a obra executada tivesse acabado por alterar a decoração vegetalista proposta por Colson. Sem implicar propriamente uma sobrecarga ornamental, os festões previstos cederam o seu lugar a figuras femininas segurando escudos, figuras que os canteiros da firma de António Moreira Rato passaram à pedra, seguindo o modelo fornecido pelo escultor francês Anatole Calmels¹⁷, então instalado em Portugal. De Calmels é também a composição destinada ao tímpano que preenche o frontão, representando as artes e as ciências num alegórico *Estímulo para o Estudo* (cf. N. Araújo, 1950:VIII, 54), que substituiu o grandioso escudo desenhado por Colson.

Em contraposição com o classicismo actualizado do alçado principal está a fachada posterior: Esta resulta da articulação de sete faces distribuídas por cinco corpos de alinhamento desigual mas simétrico, perfazendo um jogo de reentrâncias de evocação barroca que foi seguramente condicionado pela pré-existência¹⁸.

Os desenhos existentes revelam ainda que a reconstrução do palácio não sofreu alterações ao nível da distribuição dos espaços da primeira para a segunda versão do projecto senão em questões de pormenor. A planta desenvolve-se a partir de dois eixos oblíquos que se distanciam à medida em que



Jean Colson. 1º projecto para o palacete de J. M. Eugénio de Almeida: planta do piso térreo, 1859
Arquivo da Casa Eugénio de Almeida.

avancam para norte, conformando um movimento que, prolongado ainda pelos muros do pequeno jardim contíguo à habitação, acompanha o afastamento das Estradas do Rego e da Palhavã. A organização destes interiores assenta, por conseguinte, numa estrutura singular porque as linhas principais de encadeamento das divisões acompanham as fachadas laterais, pelo que naturalmente são oblíquas, e, se bem que na ala norte o alargamento da área disponível para construção traga uma nova sequência de salas – com destaque no piso térreo para a divisão de recorte octogonal que abre directamente para o jardim e que enriquecida com dois fogões foi seguramente concebida como mais um espaço de recepção –, a nota fundamental vai para a apropriação de todo o miolo da habitação pelos espaços de circulação.

No coração da morada de Eugénio de Almeida, e dominando com exponenciado protagonismo a paisagem desta casa, está a monumental escadaria revestida a mármore que faz o acesso ao piso nobre. Para sul ela articula-se

17 Uma carta dirigida por A. Calmels a Eugénio de Almeida a 12 de Outubro de 1861 denuncia, aliás, um conflito latente entre ambos, motivado pelo atraso da entrega dos modelos escultóricos para a decoração das janelas nas oficinas de Moreira Rato (com vista à sua execução em tamalho definitivo). Nela se lê, mais precisamente: «Ansi qu'il en avait été convenu avec vous, j'avai commencé vos fenestres de _ grandeur, et Mr. Rato qui est venu voir la première avait de nouveau approuvé cette dimension [...] quelque jours après, alors que la seconde fenetre etait presque terminé, il eut venu me dire que ses ouvriers etaint incapables de copier en doublant et qu'ilme fallait tout recommencer: [...] Soiez bien convancu, Monsieur: Que si vos modeles ne sont encore terminés, ce n'est pas la bonne volonté mais les circonstances [...]» (ACEA, *Cartas Recebidas*, 1861, Mç. I, nº 5).

18 Certamente por isso J.-A. França sublinha «alguma lembrança da arquitectura francesa de Setecentos» ao mencionar esta obra (1991 [1967]: I, 355).

com o grande átrio de recepção, a partir do qual ficaram estabelecidas diversas alternativas de circulação: 1) o acesso à escadaria¹⁹ por onde se estabelecia o circuito principal de ligação não só ao 1º andar, mas também às salas da ala norte e ao jardim; 2) a passagem directa para as salas encadeadas em cada uma das laterais oblíquas; 3) ou a ligação aos corredores fechados que contornam as duas faces da escadaria, onde encontramos *escondidas* duas latrinas, e por via dos quais se acede aos saguões posteriores e às escadas de serviço. Precisamente estes últimos dispositivos – saguões e escadas de serviço – preenchem o espaço remanescente no núcleo da habitação.

Esta luxuosa ocupação dos espaços estende-se aos pisos superiores, onde os saguões e as vias de circulação (horizontal e vertical) se prolongam, mimetizando até o encaixe das latrinas nos corredores laterais. Importa notar, todavia, que no piso nobre o espaço correspondente ao átrio de recepção surge definido como grande salão de recepção (como nos anunciavam as sacadas centrais da fachada). Por seu turno as alas laterais formam um contínuo sem interrupções, pelo que as divisões privadas, consagradas à vida familiar, parecem recolher-se inteiramente ao 2º andar²⁰. Donde, a decisão de acrescentar um piso aos dois inicialmente previstos (plenamente assumida num corte assinado por J. Colson em Julho de 1859) teve um peso central na organização dos interiores, facilitando a plena afirmação da axiologia sintáctica sustentada ao nível da habitação nobre²¹. Ou seja, uma vez resolvida a instalação das áreas de serviço no sub-solo (incluindo as acomodações de pessoal doméstico e a cozinha), esta opção permitiu que se privilegiasse simultaneamente a exposição das áreas de sociabilidade e a reserva dos espaços da vida privada²². Digno de nota é, neste contexto, o facto da escadaria de aparato não subir ao 2º andar: O acesso a esse piso é mais restrito, completando-se apenas

pelas duas escadas de menor porte, discretamente desenhadas junto aos saguões interiores.

Precisamente esses saguões permitem sublinhar ainda a preocupação em iluminar abundantemente a casa, preocupação que as janelas rasgadas no vão da escadaria nobre, pensadas inicialmente para disseminar a claridade captada pela grande clarabóia da cobertura, também atestam.

Se bem que coadjuvado por Colon, Eugénio de Almeida tratou pessoalmente de escolher e encomendar em Paris os modelos das janelas e das persianas, bem como as oito lareiras do palácio, os artigos de serralharia (incluindo os gradeamentos das janelas²³), os projectos para as decorações em estuque e para a disposição dos *parquets* de todas as salas²⁴. A troca de correspondência que manteve com os seus fornecedores testemunha o empenhamento e o cuidado com que tratou de todos os assuntos relativos à construção da sua nova morada²⁵.

O gosto cosmopolita e actualizado em mitigados valores classicistas que José Maria Eugénio de Almeida impôs ao seu palácio, contrasta vivamente com o universo de *reverie* que iria criar no parque que completava o *complexo residencial* criado em S. Sebastião. Atravessada a Estrada da Circunvalação, e portanto já fora de portas, o repertório de referências arquitectónicas altera-se. A condição periférica do Parque de St^a Gertrudes abre o leque das possibilidades à medida do ócio e do lazer e, nessas condições, é a estética do pitoresco e o revivalismo medievalista que dominam a configuração do parque

19 Esta entrada diferenciava-se das restantes pela sua posição axial e pela presença de duas colunas.

20 Claramente referenciada na planta é uma capela.

21 Para o desenvolvimento desta questão ver, em particular, os estudos desenvolvidos por M. Eleb e A. Debarre (1995) e Michelle Perrot (1991).

22 Um outro problema acabou por ser também solucionado com o acréscimo do 2º andar, já que na primeira versão do projecto (com data de Janeiro de 1859) a altura da grande escadaria central parece exagerada, facto que se tentava escamotear, sem sucesso, através da animação decorativa. A criação de um segundo andar surge, assim, como uma solução que corrigiu a desproporção do vão, ao mesmo tempo que aumentou o espaço útil disponível e harmonizou a altura aos diferentes corpos do edifício no exterior. Esta alteração proporcionou também a opção por uma fonte de iluminação zenital na escadaria, anteriormente inexistente.

23 Encomendados na oficina de Alexandre Bertrand «mécenicien-serrurier», após a aprovação dos respectivos desenhos pelo arquitecto e por Eugénio de Almeida, que lhes havia de censurar a aplicação das coroas ornamentais previstas em projecto numa carta datada de 10 de Outubro de 1861. Escreve: «Vous aurez a supprimer la couronne qu'on voit sur le dessein sans mettre aucun autre ornement à sa place. Il serait d'un parvenu de mauvaise genre de vouloir étaler la couronne dans toutes les fenêtres de son hôtel. Vous ferez exécuter une seule grille pour une fenêtre, et après l'avoir mis en place à Lisbonne et voir s'il y a quelques corrections à faire je vous commanderai les autres.» (ACEA, *Copiador de Cartas K*, nº 2850; cit. in J.C. Leal, 1996: 223).

24 Vide supra nota 16.

25 A medida do seu envolvimento é testemunhada, por exemplo, no modo como se pronuncia sobre a encomenda dos modelos para as janelas do palacete. Eugénio de Almeida escreve a 4 de Junho de 1860 uma carta a Colson, onde se lê: «N'oubliez pas que je vous ai demandé un modèle pour le premier, et un autre pour le seconde etage, encardrement en pierre de chacun de ses etages, etant differement posé demande une fenêtre de diverse construction pour chacun. Pour ce qui regard le style du modèle je prefere encore (peut etre pour habitude)le style Portugais: mais comme j'ai remarqué avant votre depart, je voudrais dependant que un ou deux de vos modèles soient en style Français» (ACEA, *Copiador de Cartas K*, nº 2678; cit. in J.C. Leal, 1996: 223).

à inglesa e a construção dos seus equipamentos. Por detrás da espessa muralha que o circunda, e que ostenta ela própria ameias e guaritas, floresceu assim um parque cheio de estatuetas, lagos, quiosques e tendas, incluindo o edifício das cocheiras e cavaliças que, riscado pelo arquitecto italiano G. Cinatti, haveria inesperadamente de miniaturizar o modelo de um castelo medieval.

O Parque e as Cocheiras

A tradição familiar atribui a ideia de construir tais cocheiras ao resultado de uma das viagens que José Maria Eugénio fez ao Reino Unido, onde a convite de um aristocrata prolongou uma estadia na Escócia. Arrogando-se o lorde escocês da ignorância portuguesa sobre cavalos, Eugénio de Almeida teria resolvido surpreender o seu anfitrião, construindo as suas cocheiras à imagem do castelo onde pernoitara, a fim de lhe retribuir o convite e de lhe demonstrar que as habitações dos nobres britânicos equivaliam às instalações destinadas, em Portugal, a alojar os animais.

Independentemente da veracidade desse episódio, interessa sobretudo reter aqui a ideia-chave da existência de um referente arquitectónico. Quanto aos motivos de inspiração podem ter sido múltiplos: do castelo apreciado ao vivo na Escócia à ilustração reproduzida num dos *pattern book* de arquitectura que enriqueceram a sua biblioteca, passando pelo palácio da Pena, evocação sugerida pela torre que remata o conjunto a norte.

A plantação do parque de Santa Gertrudes teve início em 1866, data em que se registam os primeiros pagamentos ao jardineiro Jacob Weifs (ou Weiss, jardineiro suíço famoso por serviços prestados aos duques de Palmela²⁶). O registo de despesas com edificações no parque, incluindo as cocheiras e cavaliças só são referidas dois anos mais tarde, em 1868. No entanto, o projecto do ajardinamento do parque, e a intenção de nele se construir um parque com cocheiras e cavaliças, remontava pelo menos a 1864.

Os primeiros estudos concebidos para as obras que Eugénio de Almeida desejava ver concretizadas nos antigos terrenos da Quinta da Prove-doura, saíram do risco de um arquitecto português, Valentim José Correia, que,

tal como Jean Colson, foi conduzido por Eugénio de Almeida das obras particulares de S. Sebastião para as obras de reconstrução da ala conventual de Santa Maria de Belém²⁷. Este arquitecto formado pela Academia de Belas Artes em 1843, integrou seis anos mais tarde, como comissionário, a Inspeção Geral de Obras Públicas do Reino, até que, ao constituir-se, em 1852, o Ministério das Obras Públicas integrou os seus quadros²⁸.

Num enorme desenho aguarelado, assinado por Valentim Correia em 1864 – e identificado numa nota autografa de Eugénio de Almeida como o plano original a partir do qual se definiram alterações²⁹ – verifica-se que o parque foi inicialmente pensado para ser dividido em duas alas distintas. A sul definia-se, seguindo a legendagem, um *jardim no gosto francês*, ou seja, um jardim organizado em canteiros largos mas bem definidos, regularmente distribuídos a partir de uma zona central marcada por um pequeno lago circular. Lateralmente dispunham-se dois edifícios simétricos, em forma de U, destinados a serviços diversos. Na vertente poente, voltada para a estrada da Palhavã, as longas naves da construção compreendiam uma abegoaria e uma arrecadação para instrumentos agrícolas, acompanhadas, nos corpos laterais, de alojamentos para os *caseiros*. No lado oposto, junto à estrada do Rego, desenhavam-se as cavaliças e cocheiras, a que se juntava uma enfermaria para os animais e os necessários *quartos para os moços das cavaliças*.

As frentes de ambos os edifícios seriam, na vertente voltada para o interior do jardim, cobertas com estufas e viveiros para pássaros, que preenchiam igualmente uma construção traçada mais a norte, colocada de forma a fechar a zona dos canteiros. Por detrás desta composição anunciava-se, então, um *jardim no gosto inglês* cujo prolongamento até ao fim da propriedade se adivinha.

Num desenho um pouco posterior pode constatar-se que as primeiras transformações definidas pelo proprietário passaram pela supressão do conjunto de viveiros e estufas que rematavam a zona pensada para acolher o *jardim no gosto francês*, sendo que este foi afinal inteiramente transformado pela adop-

27 Desde 1861, Colson voltara a instalar-se em Paris.

28 Cf. S. Viterbo (1922: III, 274-275)

29 ACEA, *Projecto de estufas, viveiros de pássaros, cavaliças, cocheira, abegoaria, e comodios para criados no terreno do Ex.mo Sr. Conselheiro José Maria Eugénio de Almeida, digno Par do Reino, contíguo à estrada da Circunvalação em seguimento do seu palácio no largo de S. Sebastião* (cf. J.C. Leal, 1996: 226).

26 Cf. S. Viterbo (1909: 113-114)

ção de um traçado mais irregular ao qual não escapou sequer a forma do lago central então aumentado e dotado de um recorte de sugestão mais naturalista.

As propostas de Valentim José Correia para o Parque de Santa Gertrudes não chegaram porém a ser concretizadas. Assumindo uma vocação inteiramente recreativa o parque prescindiu das áreas de cultivo de géneros hortícolas ou frutícolas. Assim sendo, pôde prescindir também das grandes instalações previstas no projecto de 1864 para a abegoaria e armazém. Eugénio de Almeida manteve, pelo contrário, a decisão de erguer no jardim um edifício que comportasse cocheiras e cavalariças, acabando por entregar ao arquitecto italiano Giuseppe Cinatti (activo em Lisboa desde o início dos anos 1850 e como cenógrafo do Teatro de S. Carlos desde 1836) o risco e a direcção da obra.

Desconhecem-se as razões do afastamento do arquitecto Valentim Correia. Apenas se pode constatar que tal decisão abrangeu simultaneamente a obra do parque e a de Santa Maria de Belém e que criou as condições para a sua substituição por Cinatti e pelo seu companheiro Achille Rambois também nas obras de *restauro* e *complemento* que iam desenrolando no monumento.

Claramente afirmada pode ser no entanto a ideia de que contratação do arquitecto italiano não foi fruto de um capricho desinformado. Ela deve relacionar-se com o sucesso do trabalho que Cinatti desenvolveu em Évora e que Eugénio de Almeida não podia deixar de conhecer já que tinha nesse distrito a maior parte das suas explorações agrícolas (às quais fazia visitas regulares) e partilhava diversos negócios com José Maria Ramalho Diniz Perdigão, a quem Cinatti edificou um palacete à entrada da cidade no final da década de 1850³⁰. Para além dele conheceria também o Jardim Público com as suas aclamadas ruínas fingidas, bem como a importante intervenção de Cinatti no restauro da ala manuelina do paço real (a denominada Galeria das Damas)³¹.

Ainda que o projecto das cavalariças traçado por Valentim Correia tenha tido alguma influência sobre os desenhos posteriormente traçados pelo arquitecto italiano, nomeadamente na adopção da planta em forma de U, o aspecto da obra edificada veio a ser muito distinto. As cocheiras de Valentim José Correia, foram projectadas com um só piso e, tal como as instalações gémeas

da abegoaria e arrecadações, aparecem inseridas na ala inicial do jardim que não seria murada. Visível através do gradeamento, o edifício, aí voltado para a estrada do Rego, devolve para a rua a sua frente principal. A fachada posterior era apagada pela sucessão de gaiolas e estufas. Independentemente do estilo arquitectónico adoptado, o projecto concebido em 1864 parece submeter com naturalidade a traça do edifício à natureza das instalações que lhe estavam destinadas.

Tal como foi construído por Cinatti, o edifício das cocheiras inverte esta tendência, ou melhor, ultrapassa os condicionamentos da utilização funcional. O programa ecléctico de inspiração medievalista é bastante mais ambicioso. Sem descurar a adequação do espaço às necessidades inerentes à função, o plano é norteado a partir da imagem de um referente e ganha uma dimensão simbólica que reforça o prestígio e o capital social do seu proprietário com um tónico de excentricidade (com paralelo no palácio e Quinta das Larajeiras do conde de Farrobo).

Actualmente deturpado por via da sua adaptação a casa de habitação³², o desenho original das cavalariças do parque de Santa Gertrudes pode ser conhecido através de dois alçados encontrados no espólio familiar. Embora não estejam assinados, não restam quaisquer dúvidas sobre a sua atribuição ao arquitecto italiano. A eles se refere uma carta dirigida por Cinatti e Rambois a Carlos Maria Eugénio de Almeida, em data posterior à morte de seu pai (ocorrida a 12 de Abril de 1872), onde requeriam que lhes fosse «satisfeito o crédito» relativo a «diversos desenhos» realizados a partir de 1 de Março de 1866, no valor de 2:025\$000 reis³³.

Implantado no lado contíguo à estrada da Palhavã, o edifício respeita como disse a planta em U proposta por Valentim José Correia. Os seus alçados traduzem uma proposta ecléctica onde se combinam ameias, guaritas poligonais e uma torre também facetada, inspiradas nos castelos-fortaleza medievais, com galerias porticadas de evocação românica e elementos decorativos de sugestão manuelina.

30 Sobre o palacete de José Maria Ramalho Diniz Perdigão ver J.C. Leal (1996: 201 e ss).

31 Coube ainda a Cinatti dirigir as obras de restauro do Templo de Diana, realizadas em 1870; sobre o conjunto destas obras ver o trabalho citado (páginas 263 e ss).

32 O projecto de transformação das cocheiras em casa de habitação deu entrada nos serviços das Câmara Municipal de Lisboa a 20 de Abril de 1920 (cf. AHML – Alto da Eira, processo de obra nº 27953). Das modificações então desenhadas pelo arquitecto Raúl Lino resultou quer o alteamento da ala meridional do edifício, quer a abertura sistemática de janelas, em obras que reproduziram com sentido arqueológico a traça original da construção.

33 ACEA, *Copiador mecanico nº1 de cartas 1872-1875*, p. 387.

O confronto dos alçados traçados por Cinatti com algumas fotografias do edifício que testemunham o seu estado antes das obras de remodelação levadas a cabo em 1920, deixam-nos perceber que o projecto foi integralmente cumprido, apenas com pequenos ajustamentos de pormenor. Temos então um edifício dividido em duas alas de altura distinta, separadas por um corpo central vincado em ambas as faces por torreões poligonais rasgados por estreitíssimas frestas. A norte ergue-se uma elevada torre dotada de um relógio emoldurado à maneira de uma janela manuelina.

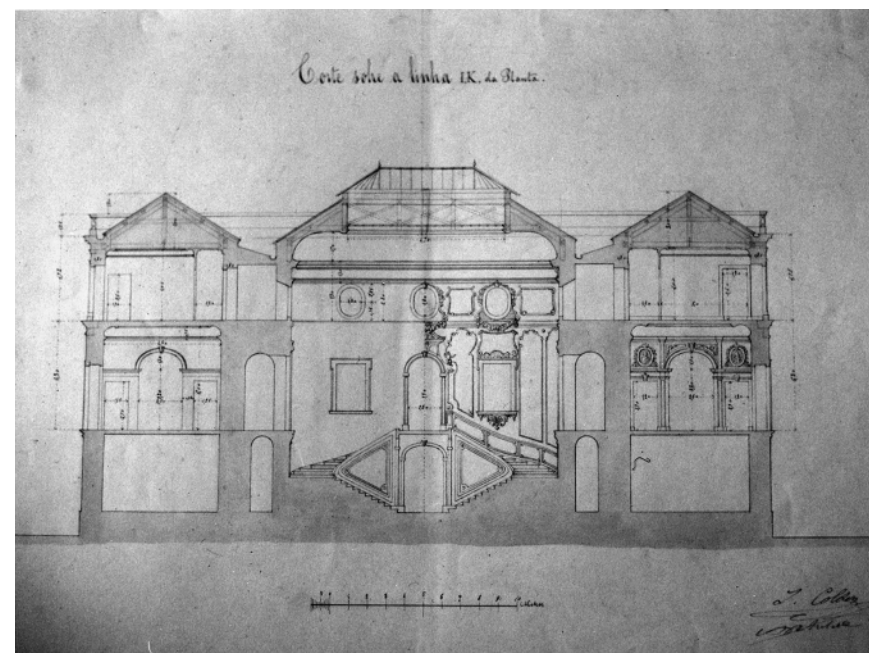
Os alçados mostram-nos ainda que, na vertente sul, se pensou ligar o remate das cavalariças ao portal do parque que Cinatti riscou então como um seu prolongamento. Por isso o vão do portal surge ladeado por dois torreões num esquema que mimetiza a composição do corpo central das cocheiras. A construção acabou, porém, por prescindir do arco central e das duas janelas venezianas abertas nas alas laterais que o acompanhavam, bem como se optou por substituir o gradeamento leve que delimitava esta área sul pela continuação da grossa muralha que envolvia o resto do parque, impossibilitando-se, deste modo, uma clara visão do edifício aos utentes da estrada da Palhavã.

Para um arquitecto de formação estritamente clássica, como era Cinatti, a surpresa maior que as cocheiras do parque de St^a Gertrudes reservam não está na abertura a uma linguagem decorativa de raiz medieval. A capacidade de lidar com os diferentes estilos da história da arquitectura caracterizou a obra de uma grande parte dos arquitectos oitocentistas e era uma solução recorrente em obras referenciadas por *pattern books*. Cinatti era, para além disso favorecido quer pela sua actividade de cenógrafo, onde enfrentava com regularidade a necessidade de recriar espaços medievalizantes, quer pelos trabalhos que vinha desenvolvendo em Évora como arquitecto-restaurador, que não podem deixar de ter fortalecido a sua sensibilidade para os valores arquitectónicos medievais.

A grande novidade deste edifício reside, antes, na renúncia da simetria. Ao renunciar ao princípio de uma organização simétrica esta composição assume plenamente os fundamentos da estética do pitoresco, igualmente validados pela sua escala miniaturizada, e estabelece uma harmonia total com o traçado naturalista do parque plantado de acordo com o *gosto inglês*.

Tão consistente afirmação dos valores do pitoresco às portas de Lisboa deverá ser associada à situação geográfica do parque de St^a Gertrudes como primeira construção do termo de Lisboa. Foi esta situação que o tropismo do

complexo residencial de S. Sebastião soube explorar, ritmando com tempos e imaginários diferentes a entrada na cidade. Foi esta situação que, finalmente, Eugénio de Almeida soube converter em pura valia simbólica, ao impôr o seu palacete como real e impressionante *portal* de Lisboa.



Jean Colson. 2º projecto para o palacete de J. M. Eugénio de Almeida: corte transversal, 1859
Arquivo da Casa Eugénio de Almeida.